

PROGEN S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

PROGEN S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Progen S.A.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Progen S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Progen S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia possui transações substanciais envolvendo empresas relacionadas. Neste contexto, o resultado do exercício poderia vir a ser diferente caso estas transações fossem realizadas com empresas não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

PROGEN S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	10	172.685.857	82.478.853	173.280.089	82.479.042	Fornecedores		19.970.199	16.973.609	20.109.110	16.981.959
Contas a receber de clientes	11	331.038.040	352.012.979	332.251.500	352.020.269	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	76.595.191	25.888.552	76.595.191	25.888.552
Tributos a recuperar	13	22.016.472	18.287.027	22.445.280	18.344.882	Arrendamentos	17	527.154	8.731.475	527.154	8.731.475
Adiantamentos	12	37.913.448	29.643.989	39.679.687	31.223.577	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	101.576.495	86.097.306	102.268.816	86.406.809
Despesas antecipadas		2.523.538	1.547.245	2.523.539	1.547.245	Provisão de férias e encargos sociais	18	55.661.327	42.036.864	55.751.779	42.036.864
		<u>566.177.355</u>	<u>483.970.093</u>	<u>570.180.095</u>	<u>485.615.015</u>	Adiantamentos	12	13.207.059	7.778.232	13.207.059	7.778.232
						Dividendos e JCP a pagar	21	22.313.495	7.485.682	22.313.495	7.485.682
						Outras contas a pagar		<u>3.512.637</u>	<u>337.129</u>	<u>4.533.051</u>	<u>1.358.354</u>
								<u>293.363.557</u>	<u>195.328.848</u>	<u>295.305.655</u>	<u>196.667.926</u>
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	11	26.633.126	-	26.633.126	-	Fornecedores		-	1.844.150	-	1.844.150
Partes relacionadas	20	121.841.569	62.121.791	123.153.811	60.330.886	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	196.821.288	146.427.729	196.821.288	146.427.729
Depósitos judiciais	19	3.283.466	333.271	3.283.502	333.307	Arrendamentos	17	2.064.000	4.711.174	2.064.000	4.711.174
Imposto diferido		5.310.571	4.815.892	5.336.091	4.816.115	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	106.982.922	122.689.342	106.982.922	122.747.369
Despesas antecipadas		1.063.941	-	1.063.941	-	Partes relacionadas	20	59.782	116.557	4.508.108	-
Investimentos	14	4.289.413	1.238.151	3.271.351	676.267	Provisão para perda de investimento	14	2.035.704	1.947.840	-	-
Imobilizado	15	30.900.343	40.264.565	30.911.648	40.284.906	Provisão para demandas judiciais	19	<u>3.453.074</u>	<u>3.283.291</u>	<u>3.453.074</u>	<u>3.283.291</u>
Intangível	16	523.259	34.058	523.259	34.058			<u>311.416.770</u>	<u>281.020.084</u>	<u>313.829.392</u>	<u>279.013.713</u>
		<u>193.845.688</u>	<u>108.807.728</u>	<u>194.176.729</u>	<u>106.475.540</u>						
						Patrimônio líquido					
						Capital social	21	57.680.612	57.680.612	57.680.612	57.680.612
						Reserva legal		6.509.751	3.965.630	6.509.751	3.965.630
						Reserva de lucros		89.540.634	53.286.908	89.540.634	53.286.908
						Ajustes acumulados de conversão		<u>1.511.719</u>	<u>1.495.741</u>	<u>1.511.719</u>	<u>1.495.741</u>
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>155.242.716</u>	<u>116.428.890</u>	<u>155.242.716</u>	<u>116.428.890</u>
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	(20.939)	(19.975)
								<u>155.242.716</u>	<u>116.428.890</u>	<u>155.221.777</u>	<u>116.408.915</u>
Total do ativo		<u>760.023.043</u>	<u>592.777.821</u>	<u>764.356.824</u>	<u>592.090.554</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>760.023.043</u>	<u>592.777.821</u>	<u>764.356.824</u>	<u>592.090.554</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

PROGEN S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	22	1.077.557.817	771.499.268	1.079.725.365	771.499.268
Custo dos serviços prestados	23	(911.470.122)	(670.619.004)	(913.140.710)	(670.619.004)
Lucro bruto		166.087.695	100.880.264	166.584.655	100.880.264
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	23	(61.630.622)	(40.582.670)	(61.687.882)	(40.781.375)
Equivalência patrimonial	14	984.793	(1.806.842)	626.376	(1.535.009)
Outras receitas (despesas) operacionais		16.750.927	6.445.481	16.750.927	6.462.724
		(43.894.902)	(35.944.031)	(44.310.578)	(35.853.660)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	17.517.803	6.362.231	17.518.232	6.363.183
Despesas financeiras	24	(68.854.325)	(24.571.927)	(68.962.684)	(24.628.807)
		(51.336.523)	(18.209.696)	(51.444.453)	(18.265.624)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		70.856.271	46.726.537	70.829.625	46.760.980
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(21.843.822)	(15.207.875)	(21.843.822)	(15.239.198)
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.869.974	-	1.895.494	(3.120)
Lucro líquido do exercício		50.882.423	31.518.662	50.881.296	31.518.662
Acionistas controladores		50.882.423	31.518.662	50.883.386	31.523.335
Acionistas não controladores		-	-	(964)	(4.673)
Lucro líquido do exercício		50.882.423	31.518.662	50.882.423	31.518.662
Lucro por ação		88,21	54,64	88,21	54,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

PROGEN S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	50.882.423	31.518.662	50.881.296	31.518.662
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	15.978	-	15.978	(52.452)
Total do resultado abrangente do exercício	50.898.401	31.518.662	50.897.275	31.466.210
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	50.898.401	31.518.662	50.898.239	31.470.883
Não controladores	-	-	(964)	(4.673)
	50.898.401	31.518.662	50.897.275	31.466.210

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

PROGEN S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros				Ajuste acumulado de conversão	Lucros Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para investimentos e capital de giro					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.680.612	2.389.697	5.253.697	25.576.164	1.453.154	-	92.353.324	(15.302)	92.338.022
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	42.586	-	42.586	-	42.586
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.518.662	-	(4.673)	(4.673)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(7.485.682)	-	(7.485.682)	(7.485.682)	-	(7.485.682)
Reserva Legal	-	1.575.933	-	-	-	(1.575.933)	1.575.933	-	1.575.933
Reserva Estatutária	-	-	4.491.409	-	-	(4.491.409)	4.491.409	-	4.491.409
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	25.451.319	-	(17.965.637)	25.451.319	-	25.451.319
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.680.612	3.965.630	9.745.106	43.541.802	1.495.741	-	116.428.890	(19.975)	116.413.588
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	15.978	-	15.978	-	15.978
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	50.882.423	-	(964)	(964)
Reserva Legal	-	2.544.121	-	-	-	(2.544.121)	2.544.121	-	2.544.121
Reserva Estatutária	-	-	7.250.745	-	-	(7.250.745)	7.250.745	-	7.250.745
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	41.087.556	-	(11.329.223)	41.087.556	-	41.087.556
Distribuição de dividendos	-	-	-	(12.084.575)	-	(12.084.575)	(12.084.575)	-	(12.084.575)
Juros s/ capital próprio deliberados	-	-	-	(17.673.757)	-	(17.673.757)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.680.612	6.509.751	16.995.852	54.871.025	1.511.719	-	155.242.715	(20.939)	155.221.777

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

PROGEN S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		50.882.423	31.518.662	50.882.423	31.518.662
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15 e 16	6.107.638	3.794.773	6.060.166	3.765.227
Amortização de arrendamentos	15	6.073.145	8.402.102	6.073.145	8.402.102
Resultado de equivalência	14	(984.793)	1.806.842	(626.376)	1.148.456
Provisão para gratificações	18	726.054	-	726.054	-
Outros resultados com investimento e não controladores					
		-	-	9.897	140.924
Provisão imposto IRPJ e CSLL	18	(494.679)	15.207.875	(519.977)	15.242.096
Ajustes acumulados de conversão		15.978	42.587	15.978	42.587
Juros, variações monetárias e cambiais		55.190	215.839	55.190	215.839
Outras provisões		19.791.369	-	19.791.369	-
Juros sobre empréstimos	17	33.114.101	12.720.393	33.114.101	12.720.393
Juros sobre arrendamentos	17	1.309.584	1.834.241	1.309.584	1.834.241
Juros sobre parcelamentos		7.099.661	1.457.935	7.198.286	1.507.590
Juros provisionados		9.487.177	(4.231.068)	9.487.177	(4.231.068)
Baixa de saldo Progen Gerenciamento - incorporação					
		(1.191.158)	-	(1.191.158)	-
Reavaliação passivo de arrendamento- IFRS 16	15	(1.926.010)	320.590	(1.926.010)	320.590
Baixa de ativo imobilizado e intangível	15	16.150.558	1.166.521	16.219.997	1.290.825
Ganho na venda de imobilizado	15	5.491	(93.702)	5.491	(93.702)
Decréscimo/acrécimo nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	11	(5.669.087)	(63.649.775)	(6.875.257)	(63.649.774)
Tributos a recuperar	13	(3.729.445)	5.455.937	(4.100.399)	5.463.631
Adiantamentos	12	(8.269.459)	-	(8.456.110)	-
Outras contas a receber		-	(7.130.644)	-	(7.130.640)
Despesas antecipadas		(2.040.234)	(716.393)	(2.040.234)	(716.393)
Depósitos judiciais		(2.950.195)	84.419	(2.950.195)	84.383
Decréscimo/acrécimo nos passivos operacionais					
Fornecedores		331.018	450.244	461.576	325.936
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	10.012.977	(7.393.269)	10.329.596	(7.504.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(2.524.247)	-	(2.524.247)	-
Outras contas a pagar		3.175.508	(2.262.048)	3.174.697	(2.262.084)
Adiantamento de clientes		5.428.827	(11.697.083)	5.428.827	(11.697.083)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais		139.987.390	(12.695.023)	139.133.591	(13.261.629)
Das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(17.152.700)	(13.077.444)	(17.165.630)	(12.859.437)
Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	14	(2.370.605)	-	(2.370.605)	-
Recebimento de dividendos das investidas	14	392.000	386.553	392.000	386.553
Recebimento da venda de ativo imobilizado	15	10.900	361.879	10.900	361.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(19.120.405)	(12.329.013)	(19.133.335)	(12.111.006)
Das atividades de financiamento com terceiros					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	120.000.000	135.399.819	120.000.000	135.399.819
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(21.967.085)	(37.907.495)	(21.967.085)	(37.907.495)
Pagamentos de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(30.046.817)	(12.720.393)	(30.046.817)	(12.720.393)
Pagamentos de arrendamentos	17	(11.194.417)	(8.724.665)	(11.194.417)	(8.724.665)
Pagamentos de juros s/ arrendamentos	17	(1.309.584)	(1.834.241)	(1.309.584)	(1.834.241)

PROGEN S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento com terceiros		55.482.097	74.213.025	55.482.097	74.213.025
Das atividades de financiamento com acionistas					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	21	(16.878.349)	(5.939.819)	(16.878.349)	(5.939.819)
Partes relacionadas	20	(69.263.730)	24.146.667	(67.801.994)	(13.232.843)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento com acionistas		(86.142.079)	18.206.847	(84.680.343)	(19.172.662)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(964)	(4.673)
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>90.207.003</u>	<u>67.395.836</u>	<u>90.801.047</u>	<u>29.663.055</u>
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		82.478.853	15.083.017	82.479.042	52.815.988
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>172.685.857</u>	<u>82.478.853</u>	<u>173.280.089</u>	<u>82.479.042</u>
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>90.207.003</u>	<u>67.395.836</u>	<u>90.801.047</u>	<u>29.663.055</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Progen S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de Capital Fechado. As principais atividades da Companhia são: prestação de serviços de engenharia consultiva e de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção, de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura e, incluindo, mas não se limitando a todas as atividades técnicas das áreas de processos, mecânica, civil, arquitetura e urbanismo, elétrica e instrumentação.

A Companhia também atua no setor elétrico, prestando serviços de manutenção e construção em redes de baixa, média e alta tensão, e serviços de medição e leitura para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 2022, ingressamos no mercado de Facilities por meio da marca “Progen Facilities”, prestando serviços de gerenciamento de processos e pessoas.

A Progen, pode, ainda, participar de outras sociedades e empreendimentos como sócia, acionista ou membro de consórcio.

A Companhia tem sua sede social localizada em São Paulo - SP, Largo do Arouche e filiais em treze cidades do Brasil.

1.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 21 de março de 2023.

2. Demonstrações contábeis consolidadas

2.1. Empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas.

Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.: prestação de serviços de projeto, consultoria, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia de infraestrutura aeronáutica, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, estudos de viabilidade técnica, econômica e comercial em projetos de terminais aeroportuários de passageiros e de transporte, e gerenciamento da implantação dos projetos de terminais aeroportuários de passageiros e terminais de transporte;
2. Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V.: prestação de serviços técnicos e de gestão de construção e consultoria em plantas industriais, estudos de viabilidade técnica, econômica, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, e comercial;
3. Progen Locações Ltda.: locação de automóveis sem condutor, transporte rodoviário de carga em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, bem como o agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;
4. Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.: instalação de máquinas e equipamentos industriais, construção de estações de energia elétrica, medição de consumo de energia elétrica.
5. Progen Facilities Ltda.: fornecimento de mão de obra temporária e gestão de recursos humanos para terceiros em atividades tais como, serviços de motoristas para transportes de pessoas através de veículos leves.

A participação societária da Progen S.A. sobre suas controladas diretas encontra-se da seguinte forma:

	Participação	
	2022	2021
	Direta	Direta
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda	99%	99%
Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V. "México"	80%	80%
Progen Locações Ltda	99%	99%
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.	99%	99%
Progen Facilities Ltda (*)	99%	-

(*) A Companhia foi constituída em 03 de maio de 2022 e começou a operar em setembro de 2022 nos municípios de João Neiva, Colatina e Vitória, ambos no Estado do Espírito Santo com a prestação de serviço de mão de obra de motorista.

2.2. Empresas Coligadas

A Companhia possui participação, no qual não detém controle da administração, enquadradas como coligadas, sendo elas:

1. Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.: concessão do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, mais conhecido como "Pacaembu", localizado no município de São Paulo - SP, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência da concessão, estabelecida em 35 anos contados da data de ordem de início emitida pela Prefeitura do Município de São Paulo em 24 de outubro de 2019, realizando locações do espaço para atividades voltadas as áreas poliesportivas, shows, eventos e feiras;
2. Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.: prestação de serviços de engenharia consultiva e de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção, de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura;
3. Concessionária Mineirinho SPE S.A.: concessão do ginásio poliesportivo Jornalista Felipe Drummond, mais conhecido como "Mineirinho", localizado em Belo Horizonte, MG, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência estabelecida em 35 anos contados da data de assinatura e publicação no Diário Oficial de Minas Gerais em 17 de agosto de 2022, realizando locações do espaço para atividades voltadas as áreas poliesportivas, shows, eventos e feiras;

A participação societária da Progen S.A. sobre suas coligadas diretas, encontra-se da seguinte forma:

	Participação	
	2022	2021
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	50%	50%
Valpro Gerenciamento de Obras Ltda	49%	49%
Concessionária Mineirinho SPE S.A.	50%	-

Conforme pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas / IFRS 10, na estrutura das demonstrações financeiras, estão apresentados todos os tipos de relacionamentos em que a controladora final, detém o controle ou possui influência significativa.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis individuais da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

As notas explicativas se referem às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

1. Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
2. Contingências;
3. Investimentos;
4. Benefício a empregados.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs adotados requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023.

Para as seguintes normas ou alterações relacionadas abaixo, a administração realizou julgamento e entende que até a posição de reporte corrente, não foram detectados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, exceto a alteração da norma IAS 12, a qual estão sendo avaliados os impactos práticos e eventuais alterações que a mudança possa representar nas demonstrações financeiras, mediante data de início regulamentada pela CVM.

- a) Alteração na Norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- b) Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- c) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- d) Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- e) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26:
 - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024;

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

6. Consolidação

6.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("*impairment*") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

6.2. Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

6.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na Nota Explicativa nº 2.

As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

6.4. Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Operações no exterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, das controladas no exterior Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., cuja moeda funcional é o Peso México (MXN) a qual foi adaptada às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e estão convertidas para reais por meio dos seguintes procedimentos:

- I. Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real, na data dos respectivos balanços;*
- II. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido inicial durante o período corrente são convertidas pelas taxas das transações, em suas respectivas datas;*
- III. As receitas, custos e despesas são convertidos pela taxa média mensal de câmbio;*
- IV. As variações cambiais resultantes dos itens (I), (II) e (III) acima, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão".*

Na consolidação foram eliminados os saldos de investimentos e de ativos e passivos, decorrentes de transações efetuadas entre as sociedades.

7. Principais práticas contábeis

7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, diária e não superior a 12 meses, com vencimentos originais em média de 18 meses e com risco insignificante de mudança de valor.

7.2. Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

7.3. Ativos financeiros

7.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa", Empréstimos, financiamentos e debêntures.

7.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber ("*impairment*"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada para "*impairment*", se necessária.

7.4.1. Contas a receber por competência - POC

O entendimento da Administração é de que a política de reconhecimento das receitas e custos das transações de serviços prestados deve ser reconhecido pelo método evolutivo de construção (POC - *Percentage of completion*), uma vez que a transferência dos riscos e benefícios ocorre de forma contínua, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) O custo incorrido (mão de obra alocada, gastos com máquinas e equipamentos) correspondente aos serviços medidos é apropriado integralmente ao resultado;
- b) É apurado o percentual do custo incorrido dos serviços prestados, em relação ao seu custo total orçado, sendo este percentual aplicado sobre a receita de serviços, ajustado segundo as condições dos contratos, sendo assim determinado o montante das receitas e das despesas comerciais a serem reconhecidas;
- c) Na medida em que a receita dos serviços é realizada os valores provisionados no contas a receber são baixados contra a provisão do resultado.

7.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

7.6. Investimentos em controladas

A Companhia Progen S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas Progen Planway Eng. e Consultoria Ltda., Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda, Progen Locações Ltda e Progen Facilities Ltda pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceção feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como receita (ou despesa) , classificados no grupo de outras receitas e outras despesas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

7.7. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 15, que levam em consideração a taxa fiscal.

A Companhia e suas Controladas não avaliaram o ativo imobilizado das Companhias pelo valor justo, considerando que: (i) O método do custo amortizado, deduzido das perdas estimadas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) As Companhias possuem controles eficazes sobre os bens dos ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 16.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelas Companhias do Grupo Progen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 16.

7.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

7.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

7.11. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.12. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, quando aplicável, o imposto também será reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

7.13. Benefícios a funcionários demitidos

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

7.14. Apuração do resultado

Os custos e as despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência na medida em que as medições são apuradas e emitidas, com base nos serviços prestados.

Execução de projetos de engenharia

Serviços

As receitas de serviços prestados são reconhecidas na medida em que as medições são apuradas e emitidas.

Demais receitas

As demais receitas com prestação de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e efetiva realização.

Despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

7.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia quando aplicável e aprovado pelos Acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

7.16. Fluxo de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

7.17. Arrendamento

7.17.1. Direito de Uso do Ativo de arrendamento

A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável.

Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas.

A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a 5.000,00 USD não foram enquadrados no IFRS 16.

7.17.2. Provisão com arrendamento

Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente.

A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares.

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é a taxa incremental anual dos contratos de empréstimos da Companhia de 9,41%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício.

Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com pela valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens estar estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

8. Gestão de risco financeiro

8.1. Fatores de risco financeiro

A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

8.1.1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures de longo prazo.

Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

8.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 17)	25.888.552	102.560.644	43.867.085
Arrendamentos (Nota nº 17)	8.731.475	3.358.669	1.352.505
Fornecedores e outras contas a pagar	17.310.738	1.844.150	-
Em 31 de dezembro de 2022			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 17)	76.595.191	98.501.751	98.319.537
Arrendamentos (Nota nº 17)	527.154	711.495	1.352.505
Fornecedores e outras contas a pagar	23.482.838	-	-

8.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo:

8.3. Estimativa do valor justo

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total dos empréstimos (Nota nº 17)	273.416.479	172.316.281
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota nº 10)	(172.685.857)	(82.478.853)
Dívida líquida	<u>100.730.622</u>	<u>89.837.427</u>
Total do patrimônio líquido	<u>155.242.716</u>	<u>116.428.890</u>
Total do capital	<u>57.680.612</u>	<u>57.680.612</u>
Índice de alavancagem financeira - %	154,12%	129,60%

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e compromissadas (Nota nº 10) e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Empréstimos e Recebíveis</u>
Em 31 de dezembro de 2021	455.288.114
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	372.809.260
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	82.478.853
Em 31 de dezembro de 2022	<u>561.352.922</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	388.667.065
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	172.685.857
	<u>Outros passivos financeiros</u>
Em 31 de dezembro de 2021	191.471.168
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	172.316.281
Fornecedores	18.817.759
Outras contas a pagar	337.129
Em 31 de dezembro de 2022	<u>296.899.317</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	273.416.479
Fornecedores	19.970.202
Outras contas a pagar	3.512.637

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixas e bancos	6.921.790	51.863.709	7.376.635	51.863.731
Aplicações financeiras (*)	165.764.067	30.615.145	165.903.455	30.615.312
	<u>172.685.857</u>	<u>82.478.853</u>	<u>173.280.089</u>	<u>82.479.042</u>

(*) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez em sua maioria imediata ou em até 30 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a composição das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo Inicial	30.615.145	1.020.893	30.615.342	38.753.850
Aplicações	1.051.085.486	596.505.988	1.051.750.270	681.323.534
Rendimentos	6.721.939	1.557.943	6.722.755	1.558.893
Resgates	(922.212.186)	(568.363.286)	(922.738.325)	(690.913.907)
IOF	(66.175)	(55.067)	(66.393)	(55.469)
IRRF	(380.142)	(51.326)	(380.193)	(51.591)
	<u>165.764.067</u>	<u>30.615.145</u>	<u>165.903.455</u>	<u>30.615.311</u>

11. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado Interno	358.230.268	352.012.979	359.443.728	352.020.269
(-) PECDL	(559.102)	-	(559.102)	-
	<u>357.671.166</u>	<u>352.012.979</u>	<u>358.884.626</u>	<u>352.020.269</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	293.980.499	309.561.598	295.193.959	315.152.285
Vencidos até 30 dias	25.837.626	21.206.534	25.837.626	2.474.059
Vencidos de 31 a 60 dias	8.441.794	8.599.093	8.441.794	15.407.473
Vencidos de 61 a 90 dias	5.502.734	3.774.705	5.502.734	6.434.449
Vencidos acima de 90 dias	23.908.513	8.871.049	23.908.513	12.552.004
	<u>357.671.166</u>	<u>352.012.979</u>	<u>358.884.626</u>	<u>352.020.269</u>

A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, registrou valores em perda no montante de R\$ 559.102 (quinhentos e cinquenta e nove mil, cento e dois reais), pelos valores identificados como perdas prováveis em sua carteira.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PECLD - prováveis 2022	(559.102)	-	(559.102)	-
	<u>(559.102)</u>	<u>-</u>	<u>(559.102)</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Adiantamentos

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de férias	2.947.531	2.023.554	2.947.531	2.023.554
Adiantamento de fornecedores	7.562.111	12.217.664	8.478.610	12.977.043
Adiantamento de dividendos	-	-	463.105	463.105
Bloqueio judicial (a)	-	5.612.643	-	5.612.643
Retenção contratual de clientes (b)	21.906.215	6.767.221	21.906.215	6.767.221
Outros ativos	5.497.591	3.022.908	5.884.226	3.380.010
	<u>37.913.448</u>	<u>29.643.989</u>	<u>39.679.687</u>	<u>31.223.577</u>

- a) Referem-se a valores bloqueados em caixa e equivalentes de caixa da Companhia, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais trabalhistas, sendo estes, totalmente compensados no exercício de 2022 em função de estarem atrelados a processos já julgados.

As retenções contratuais de clientes, são valores retidos que visam a garantia e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, assim como de eventuais despesas administrativas e judiciais estabelecidas entre as partes. Esse valor será devolvido a Companhia ao término do contrato.

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de clientes	3.916.995	-	3.916.995	-
Adiantamento de clientes (POC) (*)	9.290.065	7.778.232	9.290.065	7.778.232
	<u>13.207.059</u>	<u>7.778.232</u>	<u>13.207.059</u>	<u>7.778.232</u>

- (*) Conforme adequação ao CPC 47 - receita de contrato com cliente, a partir de 1º de janeiro de 2018, o saldo refere-se as receitas reconhecidas conforme POC (*Percentage of Compliance*) dos projetos que ainda não foram faturados pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

13. Tributos a recuperar

Apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a recuperar	3.176.919	1.753.070	3.210.638	1.764.373
PIS a recuperar	1.703.144	539.536	1.714.101	542.647
COFINS a recuperar	7.729.964	2.548.532	7.780.466	2.562.822
CSLL a recuperar	2.435.499	4.802.256	2.469.118	4.823.804
INSS a recuperar	-	2.280.321	199.568	2.280.321
IRPJ negativo	1.786.324	2.913.861	1.790.829	2.918.366
CSLL negativo	3.181.247	3.362.082	3.182.385	3.363.220
Outros impostos	2.003.376	87.368	2.098.175	89.330
	<u>22.016.472</u>	<u>18.287.027</u>	<u>22.445.280</u>	<u>18.344.883</u>

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

Descrição	Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	Progen Facilities Ltda	Concessionária Mineirinho SPE S/A	Total
Capital social da controlada	300.000	500.000	22.000.000	10.000	4.721.409	27.531.409
Quantidade de quotas possuídas	299.999	245.000	6.050.300	9.900	2.360.704	8.965.903
Patrimônio líquido	540.223	1.858.359	(26.069.519)	482.624	3.081.189	(20.107.124)
% participação societária	99,99%	49%	50%	99%	50%	-
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(21.717)	1.278.319	19.770.834	472.724	(1.640.220)	19.859.939
Valor contábil do investimento em 31/12/2021	<u>561.882</u>	<u>676.269</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.238.150</u>
Aumento/ baixa de investimento	-	-	-	9.900	2.360.705	2.370.605
Recebimento de dividendos	-	(392.000)	-	-	-	(392.000)
Resultado de equivalência patrimonial	(21.715)	626.376	-	467.996	-	1.072.657
Valor contábil do investimento 31/12/2022	<u>540.166</u>	<u>910.646</u>	<u>-</u>	<u>477.896</u>	<u>2.360.705</u>	<u>4.289.413</u>

As investidas a seguir apresentaram no exercício de 2022, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento".

O procedimento com as empresas coligadas, é diminuir o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo.

Seguindo a determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.

Descrição	Promotora Geradora de Ingenierias S.A.P.I de C.V. (México)	Progen Locações Ltda	Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda	Total
Capital social da controlada	42	50.000	1.000	51.042
Quantidade de quotas possuídas	34	49.500	990	50.524
Patrimônio líquido	(1.754)	(7.471)	(2.052.202)	(2.061.427)
% participação societária	80%	99%	99%	-
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	59	(3.655)	(90.002)	(93.599)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2021	<u>(1.485)</u>	<u>(3.777)</u>	<u>(1.942.577)</u>	<u>(1.947.840)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	81	(3.618)	(84.327)	(87.864)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2022	<u>(1.404)</u>	<u>(7.395)</u>	<u>(2.026.905)</u>	<u>(2.035.704)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

a. Composição do saldo - Controladora

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos.	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.016.923	2.256.516	11.413.448	4.226.012	7.699.274	6.820.034	96.321	487.319	17.314.928	9.085.226	60.416.000
Adições	1.097.280	1.740	1.809.367	37.053	270.033	10.933.919	-	-	7.602.878	-	21.752.271
Baixas	(10.000)	-	-	-	(545.759)	(511.929)	-	-	-	(4.785.916)	(5.853.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.104.203	2.258.256	13.222.814	4.263.066	7.423.548	17.242.024	96.321	487.319	24.917.806	4.299.310	76.314.667
Adições	258.092	-	2.172.150	161.334	-	14.045.884	-	-	-	2.309.112	18.946.572
Baixas	-	-	(8.733.839)	(51.351)	(6.724)	(903.507)	-	-	(24.917.806)	-	(34.613.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.362.295	2.258.256	6.661.125	4.373.048	7.416.824	30.384.400	96.321	487.319	-	6.608.422	60.648.011

(a.1.) Composição do Saldo - Controladora (depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. Hardware	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	62.626	1.363.031	1.610.313	3.355.524	2.971.452	6.789.627	171.912	5.464.398	2.190.548	23.979.433
Depreciação	80.511	170.015	1.283.341	190.188	1.077.390	769.659	97.464	7.284.459	1.117.643	12.070.668
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.136	1.533.046	2.893.654	3.545.713	4.048.842	7.559.286	269.376	12.748.857	3.308.191	36.050.102
Depreciação	88.470	144.228	1.342.835	136.443	1.348.615	2.923.546	97.464	4.865.242	1.207.904	12.154.745
Depreciação - baixas	-	-	(46.579)	(48.614)	(1.233)	(746.654)	-	(17.614.099)	-	-
Depreciação - transferência classe	-	-	(2.270.293)	-	-	2.270.293	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.606	1.677.274	1.919.617	3.633.542	5.396.224	12.006.471	366.839	-	4.516.095	29.747.669

(a.2) Valor Líquido (bens - depreciação/amortização)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adiantamento Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	954.297	893.485	9.803.135	870.488	4.727.820	30.407	96.321	315.406	11.850.530	6.894.679	36.436.567
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.961.067	725.210	10.329.160	717.353	3.374.706	9.682.738	96.321	217.943	12.168.949	991.119	40.264.565
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.130.689	580.982	4.741.509	739.506	2.020.601	18.377.929	96.321	120.480	-	2.092.327	30.900.343

b. Composição do saldo - Consolidado

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. Hardware	Adiantamento Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.016.923	2.256.516	11.446.290	4.293.193	7.917.274	6.979.092	96.321	487.319	17.314.928	9.085.226	60.893.081
Adições	1.097.280	1.740,00	1.809.367	37.053	270.033	10.933.919	-	-	7.602.878	-	21.752.271
Baixas	(10.000)	-	-	-	(763.759)	(511.929)	-	-	-	(4.785.916)	(6.071.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.104.203	2.258.256	13.255.657	4.330.247	7.423.548	17.401.082	96.321	487.319	24.917.806	4.299.310	76.573.748
Adições	258.092	-	2.172.150	161.334	-	14.058.814	-	-	-	2.309.112	18.959.502
Baixas	-	-	(8.747.169)	(57.209)	(6.724)	(953.758)	-	-	(24.917.806)	-	(34.682.666)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.362.295	2.258.256	6.680.638	4.434.372	7.416.824	30.506.137	96.321	487.319	-	6.608.422	60.850.584

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.1) Composição do Saldo - Consolidado (depreciação/amortização)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. Hardware	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	62.626	1.363.031	1.630.153	3.407.520	3.007.786	6.949.744	171.912	5.464.398	2.190.548	24.247.718
Depreciação	80.511	170.015	1.285.823	194.494	1.041.057	769.659	97.464	7.284.459	1.117.643	12.041.123
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.136	1.533.046	2.915.976	3.602.014	4.048.842	7.719.403	269.376	12.748.857	3.308.191	36.288.842
Depreciação	88.470	144.228	1.339.189	137.995	1.348.615	2.878.168	97.464	4.865.242	1.207.904	12.107.274
Depreciação - baixas	-	-	(46.579)	(48.614)	(1.233)	(746.654)	-	(17.614.099)	-	-
Depreciação - transferência classe	-	-	(2.270.293)	-	-	2.270.293	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.606	1.677.274	1.938.292	3.691.396	5.396.224	12.121.210	366.839	-	4.516.095	29.938.936

(b.2) Valor Líquido (bens - depreciação/amortização)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adiantamento. Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	954.297	893.485	9.816.137	885.674	4.909.487	29.348	96.321	315.406	11.850.530	6.894.678	36.645.363
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.961.067	725.210	10.339.681	728.233	3.374.705	9.681.679	96.321	217.943	12.168.949	991.119	40.284.906
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.130.689	580.982	4.742.346	742.976	2.020.600	18.384.928	96.321	120.480	-	2.092.327	30.911.648

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício de 2022, a Companhia realizou uma avaliação de seus bens, resultando em nova apropriação de alguns ativos, que originalmente estavam alocados sob a nomenclatura contábil “máquinas e equipamentos” para devida classificação em “computadores e periféricos”. Com isso, foram corrigidas as respectivas taxas fiscais para fins de depreciação de 10% para 20%.

Conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos/ IAS 16, não foram detectadas evidências de impairment test, que impactassem nos ativos da Companhia a ponto de justificar desvalorizações e serem reconhecidas até a data base de 31 de dezembro de 2022.

16. Intangível

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Software</u>	<u>Software</u>
Custo		
Em 31 de dezembro de 2020	21.553.136	21.580.832
Adições	870	870
Baixas	(5.130)	(5.137)
Em 31 de Dezembro de 2021	21.548.876	21.576.565
Adições	515.240	515.240
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>22.064.116</u>	<u>22.091.805</u>
Amortização acumulada		
Em 31 de dezembro de 2020	21.388.613	21.416.301
Adições	126.206	126.206
Baixas	-	-
Em 31 de Dezembro de 2021	21.514.819	21.542.507
Adições	26.038	26.038
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>21.540.857</u>	<u>21.568.545</u>
Valor contábil líquido		
Em 31 de Dezembro de 2020	164.523	164.531
Em 31 de dezembro de 2021	34.057	34.059
Em 31 de dezembro de 2022	523.259	523.259

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas fiscais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

A composição de empréstimos, financiamentos e arrendamentos é a seguinte:

a) Controladora

Tipo de Operação	Taxa	Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021
	IPCA+1,98% a.a.		
BNDDES	+spread 5,26% a.a.	40.504.231	51.349.707
Debêntures -1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,9% a.a.	108.754.697	124.408.299
Debêntures -2ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,8%a.a.	125.801.561	-
Custos amortizar sobre debêntures		(1.605.151)	(2.053.100)
Arrendamento - Direito de uso		2.591.154	13.442.649
Juros apropriar sobre empréstimo		(38.918)	(1.388.625)
		<u>276.007.575</u>	<u>185.758.930</u>
Circulante		77.122.345	34.620.027
Não Circulante		<u>198.885.288</u>	<u>151.138.903</u>
		<u>276.007.633</u>	<u>185.758.930</u>

b) Consolidado

Tipo de Operação	Taxa	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
	IPCA+1,98% a.a.		
BNDDES	+spread 5,26% a.a.	40.504.231	51.349.707
Debêntures -1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,9% a.a.	108.754.697	124.408.299
Debêntures -2ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,8%a.a.	125.801.561	-
Custos amortizar sobre debêntures		(1.605.151)	(2.053.100)
Arrendamento - Direito de uso		2.591.154	13.442.649
Juros apropriar sobre empréstimo		(38.918)	(1.388.625)
		<u>276.007.575</u>	<u>185.758.930</u>
Circulante		77.122.345	34.620.027
Não Circulante		<u>198.885.288</u>	<u>151.138.903</u>
		<u>276.007.633</u>	<u>185.758.930</u>

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos com terceiros é o seguinte

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>Total</u>
BNDES	16.854.202	16.666.667	6.944.444	-	-	40.465.313
Debêntures a pagar 1ª emissão - Oliveira Trust	29.939.440	29.002.017	29.002.017	19.206.073	-	107.149.546
Debêntures a pagar 2ª emissão - Oliveira Trust	29.801.549	23.999.991	24.000.026	23.999.985	24.000.009	125.801.561
Total dos empréstimos e debêntures	<u>76.595.191</u>	<u>69.668.674</u>	<u>59.946.487</u>	<u>43.206.058</u>	<u>24.000.009</u>	<u>273.416.420</u>
Arrendamentos	527.154	516.000	516.000	516.000	516.000	2.591.213
Total dos arrendamentos	<u>527.154</u>	<u>516.000</u>	<u>516.000</u>	<u>516.000</u>	<u>516.000</u>	<u>2.591.213</u>
Total dos empréstimos, debêntures e arrendamentos	<u>77.122.345</u>	<u>70.184.674</u>	<u>60.462.487</u>	<u>43.722.058</u>	<u>24.516.068</u>	<u>276.007.633</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Movimentação da controladora e das controladas estão demonstradas conforme a seguir

	Controladora	
	2022	2021
Saldos no início do exercício	185.758.930	91.773.232
Liberações empréstimos e debêntures	120.000.000	135.000.000
Saldo credor bancos	-	399.819
Juros e custas sobre empréstimos e debêntures	33.114.817	12.720.393
(-) Apropriação custas debêntures	(1.349.707)	-
(-) Amortizações empréstimos e debêntures	(52.013.960)	(50.228.069)
(-) Saldo credor bancos	-	(399.819)
Descaracterização arrendamento - veículos	(1.926.010)	-
Passivo de arrendamento - adoção IFRS 16	2.309.112	5.218.039
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	1.309.584	1.834.241
Amortização arrendamentos	(11.194.417)	(10.558.907)
Saldos no final do exercício	<u>276.007.633</u>	<u>185.758.930</u>

	Consolidado	
	2022	2021
Saldos no início do exercício	185.758.930	91.773.232
Liberações empréstimos	120.000.000	135.000.000
Saldo credor bancos	-	399.819
Juros e custas sobre empréstimos e debêntures	33.114.817	12.720.393
(-) Apropriação custas debêntures	(1.349.707)	-
(-) Amortizações empréstimos	(52.013.960)	(50.228.069)
(-) Saldo credor bancos	-	(399.819)
Descaracterização arrendamento - veículos	(1.926.010)	-
Passivo de arrendamento - adoção IFRS 16	2.309.112	5.218.039
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	1.309.584	1.834.241
Amortização arrendamentos	(11.194.417)	(10.558.907)
Saldos no final do exercício	<u>276.007.633</u>	<u>185.758.930</u>

e) Garantias

A controladora mantém em garantia referente a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, conforme segue:

- Transitar, até dezembro de 2024, o saldo mínimo de recebíveis equivalentes a 5% (cinco por cento) do saldo devedor e a partir de janeiro de 2025 até a integral quitação das obrigações garantidas, o saldo mínimo de recebíveis equivalente a 7% (sete por cento);
- Direitos creditórios de recebíveis referentes aos contratos cedidos fiduciariamente onde deverão transitar em uma conta definida do Banco Bradesco em nome da companhia, contratos listados no anexo VI do contrato de Cessão Fiduciária da operação;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Manter um volume mínimo de saldo de contratos listados no Anexo VI do contrato de Cessão Fiduciária que equivalham a 100% o saldo nominal acrescido da remuneração na data da verificação.

A controladora mantém em garantia referente a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, conforme segue:

- Contratos comerciais a serem listados no Contrato de Cessão Fiduciária deverão somar montante total equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário atualizado acrescido da remuneração, desde a data de emissão até a data de vencimento das debêntures, conforme previsto no contrato de cessão fiduciária;
- Cessão fiduciária sobre a conta vinculada (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária) e sobre a totalidade dos recursos nela depositados, por onde deverá passar, obrigatoriamente, recebíveis provenientes de determinada conta centralizadora, oriundos de contratos comerciais celebrados entre a Emissora e seus clientes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- Pela conta vinculada deverá permanecer retido, mensalmente, até dezembro de 2025 (inclusive), o montante mínimo equivalente a, pelo menos, 5% (cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures e, a partir de janeiro de 2026 (inclusive) até a integral quitação das Obrigações Garantidas, deverá permanecer retido o montante mínimo equivalente a 7% (sete por cento) do saldo devedor das Debêntures (“Montante Mínimo”)

f) Arrendamentos - Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2022 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de arrendamento registrado no Ativo Imobilizado está demonstrado a seguir:

Descrição	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
			Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis (*)	6.608.422	(4.516.095)	2.092.327	991.119
Veículos (**)	-	-	-	12.168.949
Arrendamento - Direito de uso	<u>6.608.422</u>	<u>(4.516.095)</u>	<u>2.092.327</u>	<u>13.160.068</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentados na Nota Explicativa n° 15 apresentam a seguinte movimentação:

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	9.085.226	17.314.928	26.400.155
Adições	-	7.602.878	7.602.878
Baixas	(4.785.916)	-	(4.785.916)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	<u>4.299.310</u>	<u>24.917.806</u>	<u>29.217.117</u>
Adições	2.309.112	-	2.309.112
Baixas	-	(24.917.806)	(24.917.806)
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	<u><u>6.608.422</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>6.608.422</u></u>

Amortizações

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	(2.190.548)	(5.464.398)	(7.654.947)
Adições	(1.117.643)	(7.284.459)	(8.402.102)
Baixas	-	-	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	<u>(3.308.191)</u>	<u>(12.748.857)</u>	<u>(16.057.048)</u>
Adições	(1.207.904)	-	11.540.953
Baixas	-	12.745.857	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	<u><u>(4.516.095)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(4.516.095)</u></u>

(*) Os contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador, não ultrapassam o prazo de cinco anos.

(**) Destacamos que os contratos de arrendamentos relacionados aos veículos, foram reavaliados pela Companhia, pelo fato de não haver um fluxo linear dos pagamentos em relação ao previsto em contrato, seja pela devolução, manutenção ou o incremento de frota, descaracterizando o ativo identificável, conforme premissas do CPC 6 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, o mesmo foi baixado, sendo considerado normalmente como uma despesa recorrente, conforme necessidade das operações.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado está demonstrado a acima.

O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável, conforme adoção do IFRS 16.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos iniciais foram implantados em 2019, com vencimentos das vigências em 2023. Adicionalmente em 2022, foi estabelecido um novo contrato de arrendamento relacionado a imóvel, referente nova sede administrativa da filial em Belo Horizonte da Companhia. Os arrendamentos são reajustados pela taxa incremental dos empréstimos vigentes no ano corrente, que atualmente é de 9,41%.

18. Obrigações trabalhistas e tributárias

A composição apresenta os seguintes valores:

18.1. Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ordenados e salários	31.597.572	22.752.363	31.778.958	22.752.363
Provisão de férias	55.661.327	42.036.864	55.751.779	42.036.864
INSS retido na fonte	6.908.570	4.981.862	7.007.181	5.036.428
CPRB a recolher	6.183.185	5.808.645	6.183.185	5.808.645
IRRF sobre salário	16.410.255	9.285.773	16.416.439	9.285.773
FGTS a recolher	4.897.857	3.240.212	4.900.119	3.240.212
Vale refeição a pagar	221.081	202.793	216.576	202.793
Outras obrigações	976.814	640.499	988.662	640.499
Gratificações a pagar	726.054	-	726.054	-
	<u>123.582.715</u>	<u>88.949.012</u>	<u>123.968.954</u>	<u>89.003.578</u>

18.2. Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS a recolher	1.712.275	1.358.960	1.836.808	1.360.269
PIS a recolher	817.387	355.570	848.652	365.102
PIS/COFINS/CSLL a recolher	126.090	200.873	129.712	202.531
IRRF de terceiros a recolher	38.731	41.378	44.293	46.165
COFINS a recolher	3.787.644	1.644.673	3.934.711	1.691.642
IRRF sobre aluguéis a recolher	287.370	276.732	287.370	276.732
IRPJ a recolher	-	1.375.295	-	1.377.245
CSLL a recolher	-	-	163	1.333
ISS parcelamento	3.114.118	5.070.340	3.114.118	5.070.340
IRRF sobre JCP a recolher	1.805.104	-	1.805.104	-
Parcelamento federal (a) Parcelamento	62.268.142	57.448.051	62.393.950	57.808.954
previdenciário (a)	106.660.203	122.339.690	106.660.203	122.339.690
Juros parcelamento a transcorrer	(40.340.301)	(28.281.405)	(40.381.787)	(28.397.533)
Outros impostos	361.266	44.342	361.268	44.994
	<u>140.638.029</u>	<u>161.874.500</u>	<u>141.034.563</u>	<u>162.187.464</u>
Total Trabalhistas + Tributárias	<u>264.220.744</u>	<u>250.823.512</u>	<u>265.003.518</u>	<u>251.191.042</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) As rubricas de parcelamento INSS e demais débitos previdenciários foram segregados dos parcelamentos federais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	157.237.822	128.134.169	157.229.613	128.443.673
Não circulante	106.982.922	122.689.342	106.982.922	122.747.369
	<u>264.220.744</u>	<u>250.823.512</u>	<u>264.212.535</u>	<u>251.191.042</u>

Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação	71.035.627	46.726.537	70.829.625	46.760.980
Compensações	-	(3.220.073)	-	(3.220.073)
Adições	5.755.353	3.062.012	5.755.354	3.062.012
Exclusões	(10.725.053)	(2.089.432)	(10.725.053)	(2.089.432)
Lucro tributável	<u>66.607.671</u>	<u>44.479.043</u>	<u>65.859.926</u>	<u>44.513.486</u>
Base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Adicional de 10% (excluindo a parcela não tributada de R\$ 240)	66.065.928	44.479.043	65.859.926	44.513.486
Imposto de renda corrente	15.897.888	11.175.908	15.897.889	11.202.541
Contribuição social corrente	5.945.933	4.031.967	5.945.934	4.036.657
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>21.843.822</u>	<u>15.207.875</u>	<u>21.843.822</u>	<u>15.239.198</u>

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

Adicionalmente os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e controladas, apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Judiciais	3.283.466	333.271	3.283.502	333.271
Contingências Judiciais	(3.453.074)	(3.283.291)	(3.453.074)	(3.283.291)
	<u>(169.607)</u>	<u>(2.950.020)</u>	<u>(169.571)</u>	<u>(2.950.020)</u>

Conforme CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, a Companhia mantém julgamento de forma recorrente, afim de detectar e refletir eventuais provisões contingentes, classificadas como provável saída de recursos.

Movimentação da provisão para contingências:

	Provisão para contingência	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.283.291	333.271
Adições	169.782	-
Reversões	-	2.950.195
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.453.074</u>	<u>3.283.466</u>

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Contribuição previdenciária

A Companhia respaldada na Certidão de Objeto e Pé nº 4249146-UVIP, referente ao Processo nº 0002035-58.2011.4.03.6100 da 10ª Vara Federal de São Paulo, em que obteve decisão judicial favorável a seu pleito de afastamento da incidência previdenciária sobre o Aviso Prévio Indenizado e terço constitucional de férias e seus reflexos, onde, até a data da certidão (13 de fevereiro de 2015), os autos encontram-se sobrestados aguardando o julgamento dos paradigmas RE STF nº 593.068/SC e RESP STJ nº 1.230.957/RS e, após o trânsito em julgado dos paradigmas citados, será enviado à conclusão da Desembargadora Federal Vice Presidente, para juízo de admissibilidade.

Para maior evidência da não constituição de provisão sobre tais verbas, a Companhia obteve um "*Legal Opinion*", em que conclui como remotas a decisão de perda do pleito e não havendo a necessidade de provisionar eventual contingência, nos termos que dispões o item 14, do CPC 25.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2022 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 152.617.025 decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

20. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda (a)	2.035.563	1.787.090
Promotora Geradora (Mexico)	598.684	598.684
Tux Adm de Bens Imóveis Part Ltda.	550.000	550.000
Filial Argentina (c)	-	221.042
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A (b)	115.305.501	57.707.915
Progen Locações Ltda	1.288.955	1.256.275
Consórcio T.Rio	785	785
Progen Facilities	1.123.808	-
Concessionária Mineirinho SPE S.A	938.273	-
	<u>121.841.569</u>	<u>62.121.791</u>

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar		
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	59.782	116.557
	<u>59.782</u>	<u>116.557</u>

- a) Os saldos mantidos entre a Progen S/A e a Progen Energy até 31 de dezembro de 2022 representam operações de mútuo em conta corrente, sem a incidência de encargos financeiros e não possuem vencimento definido;
- b) A Companhia celebrou junto a Concessionária Allegra Pacaembu operações de mútuos que somam o montante acumulado de R\$111.492.657 (cento e onze milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e seiscentos e cinquenta e sete reais), acrescido de juros remuneratórios de CDI + 3,89% ao ano, com reembolso estimado a partir de 2024, conforme início previsto do Complexo do Pacaembu em janeiro de 2024, possibilitado pela geração de caixa efetiva para liquidação da obrigação. Efetuou transações via conta corrente referente a reembolso de despesas pagas pela Progen no início da operação da Concessionária Allegra Pacaembu no montante de R\$ 3.812.843 (três milhões, oitocentos e doze mil e oitocentos e quarenta e três reais). Estas operações de mútuo poderão ser convertidas em participação societária na Concessionária Allegra Pacaembu.
- c) Referente a Sucursal na Argentina, foi realizado sua liquidação jurídica junto ao órgão competente - Inspección General de Justicia em 26 de agosto de 2022, não havendo, portanto, mais saldos reconhecidos na posição de 31 de dezembro de 2022.

Remuneração do pessoal-chave

A remuneração global dos administradores da controladora para o exercício findo em dezembro de 2022 foi fixada no limite de R\$ 4.616.544 (quatro milhões, seiscentos e dezesseis mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), a título de remuneração fixa e variável, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de agosto de 2022.

A Companhia é regida pelo Conselho de Administração, formado inicialmente por três membros. A Diretoria é composta por três Diretores.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 57.680.611,68 (R\$ 57.680.611,68 em 31 de dezembro de 2021), e estão representados por 32.930.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O BNDESPAR participa no Capital da Companhia, com o montante de R\$ 24.750.002,68, correspondentes a participação de 10% do bloco acionário da Companhia, representadas por 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com direito a 01 assento no Conselho de Administração.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>
Base de cálculo para os dividendos a pagar	
Lucro líquido do exercício	50.882.423
Constituição da reserva legal	2.544.121
Lucro Líquido do exercício após destinação da Reserva Legal	<u>48.338.302</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u><u>12.084.575</u></u>

(c) Juros sobre capital próprio

Além do pagamento dos dividendos, a Companhia deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

Adicionalmente, o cálculo foi realizado sob a projeção dos últimos cinco de Patrimônio Líquido Ajustado, considerando o período entre 2017 a 2021, sendo contabilizado como despesas financeiras no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do período.

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue composição dos juros sobre capital próprio deliberados pela administração:

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Demonstrativo do cálculo					
(+) Total do Patrimônio Líquido ajustado	58.260.343	60.135.131	58.764.430	61.078.696	77.104.967
(x) Alíquota TJLP a ser utilizada	<u>7,3620%</u>	<u>6,9337%</u>	<u>6,3818%</u>	<u>4,9832%</u>	<u>4,9070%</u>
Valor dos juros	<u>4.289.128</u>	<u>4.169.618</u>	<u>3.750.212</u>	<u>3.043.674</u>	<u>3.783.517</u>
Limites de dedutibilidade	<u>4.889.531</u>	<u>2.807.226</u>	<u>6.738.918</u>	<u>15.950.059</u>	<u>21.347.285</u>
Valor máximo dos credito na data base	<u>4.289.128</u>	<u>2.807.226</u>	<u>3.750.212</u>	<u>3.043.674</u>	<u>3.783.517</u>
Total do IRRF a recolher - alíquota - 15%	<u>643.369</u>	<u>421.084</u>	<u>562.532</u>	<u>456.551</u>	<u>567.527</u>
Total líquido do JSCP a pagar	<u>3.645.758</u>	<u>2.386.142</u>	<u>3.187.681</u>	<u>2.587.123</u>	<u>3.215.989</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>
Total Juros sobre Capital Próprio deliberado no exercício	15.022.693,85
Total pago	(4.793.774)
Saldo Juros sobre Capital Próprio a pagar	<u>10.228.920</u>

(d) Destinação do lucro líquido

A Administração irá deliberar em Assembléia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia, conforme racional abaixo e premissas estabelecidas em seu Estatuto Social, regidos pelos termos estabelecidos na lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reserva Legal (5%)	2.544.121	1.575.933
Reserva Estatutária (15%)	7.250.745	4.491.409
Distribuição de Dividendos (25%)	12.084.575	7.485.682
Reserva para investimentos	29.002.981	17.965.637
	<u>50.882.423</u>	<u>31.518.662</u>

22. Receita líquida

A composição das receitas brutas para a receita líquida dos serviços vendidos é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta de vendas	1.259.776.647	902.924.976	1.262.300.915	902.924.976
Impostos Incidentes	(182.218.830)	(131.425.708)	(182.575.549)	(131.425.708)
Receita líquida de vendas	<u>1.077.557.817</u>	<u>771.499.268</u>	<u>1.079.725.365</u>	<u>771.499.268</u>

Os impostos incidentes sobre faturamento, são calculados conforme leis tributárias estabelecidas. Dentre os impostos estão o PIS e COFINS cumulativos e não cumulativos, o ISS imposto sobre serviços o qual a alíquota é estabelecida conforme lei complementar de cada município da prestação de serviços e a CPRB contribuição patronal sobre receita bruta na alíquota de 4,5%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas

23.1. Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços prestados	(911.470.122)	(670.619.004)	(913.140.710)	(670.619.004)
Despesas gerais e administrativas	(61.630.622)	(40.582.670)	(61.687.882)	(40.781.375)
	<u>(973.100.744)</u>	<u>(711.201.674)</u>	<u>(974.828.592)</u>	<u>(711.400.379)</u>

23.2. Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Com pessoal	(737.418.938)	(556.514.247)	(739.032.966)	(556.514.247)
Custo e despesas - Serv. Terceiros	(90.880.442)	(65.986.456)	(90.884.656)	(65.986.456)
Viagens, hospedagens e locomoção	(19.510.943)	(8.671.636)	(19.510.943)	(8.671.636)
Serviços de Informática	(10.130.230)	(6.954.682)	(10.125.133)	(6.954.682)
Aluguel	(4.988.288)	(1.930.320)	(4.990.088)	(1.930.320)
Locação de máquinas, equipamentos e veículos	(38.256.722)	(17.003.377)	(38.257.744)	(17.003.377)
Depreciação e amortização	(12.180.783)	(12.196.874)	(12.185.382)	(12.246.069)
Serviços prestados	(6.056.287)	(11.229.266)	(6.156.892)	(11.229.506)
Manutenção de veículos e frotas	(14.645.539)	(6.466.060)	(14.645.539)	(6.466.060)
Manutenções e reparos	(32.137.364)	(17.111.314)	(32.137.370)	(17.111.321)
Energia elétrica, água e gás	(722.864)	(521.266)	(722.864)	(521.266)
Impostos e taxas - diversos	(2.156.352)	(3.048.821)	(2.158.579)	(3.052.236)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.356.488)	(3.423.772)	(3.360.933)	(3.569.620)
Perdas no recebimento	(659.503)	(143.583)	(659.503)	(143.583)
	<u>(973.100.744)</u>	<u>(711.201.674)</u>	<u>(974.828.592)</u>	<u>(711.400.379)</u>

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira				
Rendimento com aplicação financeira	6.721.939	1.557.942	6.722.754	1.558.894
Descontos obtidos	91.325	9.510	91.325	9.510
Juros ativos	10.704.290	4.787.054	10.703.903	4.787.054
Variação cambial ativa	250	7.725	250	7.725
	<u>17.517.803</u>	<u>6.362.231</u>	<u>17.518.232</u>	<u>6.363.183</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa financeira				
Despesa bancária	(264.646)	(371.164)	(272.543)	(375.286)
Juros passivos	(16.677.361)	(14.552.785)	(16.777.858)	(14.602.439)
Juros provisão JCP	(17.673.757)	-	(17.673.757)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(125.632)	(288.573)	(125.851)	(289.094)
Variação cambial passiva	(55.440)	(223.565)	(55.440)	(223.565)
Deságio e perdas no recebimento de clientes	(8.037.313)	(4.367.317)	(8.037.313)	(4.367.317)
Mora/ Multa	(1.871)	(13.594)	(1.871)	(16.176)
Juros s/ debêntures	(25.336.667)	(4.594.944)	(25.336.667)	(4.594.944)
Outras	(681.638)	(159.986)	(681.638)	(159.986)
	<u>(68.854.325)</u>	<u>(24.571.927)</u>	<u>(68.962.684)</u>	<u>(24.628.807)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(51.336.523)</u>	<u>(18.209.696)</u>	<u>(51.444.453)</u>	<u>(18.265.624)</u>

25. Valor justo de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e, de acordo com avaliação da administração da Companhia, não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para venda:

	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	172.685.857	-	-
Contas a receber de clientes	-	357.671.166	-
Adiantamento	-	37.913.448	-
Partes relacionadas	-	121.841.569	-
Total	<u>172.685.857</u>	<u>517.426.184</u>	<u>-</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	273.416.479	-
Arrendamento IFRS 16	-	2.591.154	-
Fornecedores	-	-	19.970.202
Outras contas a pagar	-	-	3.512.637
Partes relacionadas	-	59.782	59.782
Total	<u>-</u>	<u>276.067.415</u>	<u>23.542.620</u>

26. Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

26.1. Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (Derivativos).

26.2. Análise de sensibilidade

Conforme instrução CVM nº 475/08 e CPC 40 (R1) (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais fatores de riscos que afetam a precificação dos seus instrumentos financeiros, basicamente representados por variações de índices de inflação (IPCA) e variação de taxa de juros (CDI e TR).

Os cenários para esses fatores são elaborados a partir de fontes de mercado e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia.

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade:

	Nota	31/12/2022	CDI	IPCA	Sem indexador
Caixa e bancos	10	6.921.790	-	-	6.921.790
Aplicações financeiras	10	165.764.067	165.764.067	-	-
Contas a receber	11	357.671.166	-	-	357.671.166
Partes relacionadas	20	121.841.569	121.841.569	-	-
Total ativos com riscos financeiros		652.198.592	287.605.636	-	364.592.956
Empréstimos e financiamentos	17	(273.416.479)	(232.951.166)	(40.465.313)	-
Arrendamentos a pagar	17	(2.591.154)	(2.591.154)	-	-
Fornecedores		(19.970.202)	-	-	(19.970.202)
Partes relacionadas	19	(59.782)	(59.782)	-	-
Total ativos com riscos financeiros		(296.037.616)	(235.602.102)	(40.465.313)	(19.970.202)
Total ativos e passivos com riscos financeiros		356.160.976	52.003.535	(40.465.313)	344.622.754

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	1,38	2,06	2,75	3,4375	4,125
IPCA	1,66	2,49	3,32	4,15	4,98

Ativos e passivos líquidos	31/12/2022	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	52.003.535	715.049	1.072.573	1.430.097	1.787.621	2.145.146
IPCA	(40.465.313)	(671.724)	(1.007.586)	(1.343.448)	(1.679.310)	(2.015.173)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para os ativos imobilizados, cobertura está considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto. Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

	<u>Cobertura</u>
Resumo de seguro por modalidade	
Risco de construção, fornecimento ou prestação de serviços	295.170.408
Responsabilidade civil e danos ambientais	19.542.166
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>314.712.574</u></u>

28. Informações complementares

Composição do Ebtida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.856.271	46.726.537	70.829.625	46.760.980
Resultado financeiro líquido	(51.336.523)	(18.209.696)	(51.444.453)	(18.265.624)
Depreciação e amortização	(12.180.783)	(12.196.874)	(12.133.312)	(12.167.329)
EBITDA	<u><u>134.373.576</u></u>	<u><u>77.133.107</u></u>	<u><u>134.407.389</u></u>	<u><u>77.193.933</u></u>

29. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Tema 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que não haveriam impactos significativos em suas demonstrações contábeis. Atualmente a Companhia possui sem trânsito em julgado os processos nº 0015262-76.2015.4.03.6100 referente a exclusão do ISS da base do Pis e da Cofins, e o nº 0002035-58.2011.4.03.6100^a referente ao INSS sobre 1/3 de férias indenizado. Todavia tais processos não resultam e impactam nos registros contábeis.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.